

PARÁ Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) • ANO 3 • Nº 11 • FEVEREIRO / MARÇO 2010

Bolsa de resíduos

O que é lixo vira insumo. Essa é a proposta da bolsa de resíduos, uma ideia boa para os negócios, melhor ainda para o meio ambiente.



ENTREVISTA

Jarbas Vasconcelos: novo presidente da OAB-PA fala dos desafios da justiça e do posicionamento da instituição na sociedade

CORRIDA DO SESI

XX Edição - 1º de Maio 2010

Pratique esporte no SESI. Mais saúde e qualidade de vida para você e sua família.



Agora é com você.
PREPARE-SE!!

Largada:
6h30 - Feminino
6h45 - Masculino

PERCURSO
10 km



Adote Hábitos Saudáveis:
Participe de Corridas de rua.

Inscrições:
1 Kg de Alimento não perecível que será doado a AVAO
Período:
01/04 a 25/04/2010

Realização



Informações:
(91) 4009-4933

Apoio



EDITORIAL

José Conrado Santos

Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



MULTIPLICAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Todos já sabem que o Pará vai receber mais de US\$ 52 bilhões em investimentos até 2014. Com isso, ocupará o primeiro lugar no ranking dos estados da Região Norte que receberão os maiores investimentos nesse período e o sétimo de todo o país.

Esses investimentos podem ajudar a mudar uma realidade histórica em nossa região: somos o 13º estado com o maior Produto Interno Bruto (PIB), mas, levando-se em consideração a renda per capita, caímos para 22º lugar. Isso, na prática, significa que somos um estado rico, com uma população ainda pobre.

Precisamos mudar essa situação e o primeiro passo pode ser a internalização dos investimentos já anunciados. As empresas paraenses podem trabalhar para reverter esse volume de recursos em oportunidades reais de geração de trabalho, emprego e renda para a população paraense.

Com a internalização, o empresário paraense terá potencial suficiente para multiplicar estes investimentos. É aí que demonstraremos a competência do setor produtivo paraense em ampliar seus negócios e gerar novas oportunidades mercadológicas.

Porém, para alcançar essa suficiência em gestão, é necessário um ambiente interno propício. Esse ambiente pode ser sintetizado em três pilares: abolição das desigualdades regionais e sociais, isenção tributária na compra de produtos e equipamentos importados para as indústrias já instaladas no estado e incentivos fiscais e tributários para atrair novos empreendimentos. Aliados a três questões fundamentais: investimentos em ciência e tecnologia, infraestrutura econômica e social e criação de mecanismos de qualificação de capital humano.

Neste cenário ideal, o empresário vai se sentir à vontade para fomentar a cadeia produtiva e isso possibilitará um incremento econômico, fortalecendo e alavancando os elos com outros setores produtivos do estado. Com este cenário que favoreça a produtividade e competitividade, o Pará poderá finalmente se desenvolver.

Apenas atraindo aglomerados industriais e dinamizando os que já existem, será possível expandir as ativi-

dades econômicas em nosso estado. A consequência da expansão é a abertura de um leque de oportunidades e novas possibilidades para todos os fornecedores de produtos e serviços regionais. Todos os setores que contribuem para uma crescente competitividade e sustentabilidade do setor produtivo paraense sairão ganhando, seja em curto, médio e longo prazo.

Nossa missão agora é tornar o Pará mais atrativo e isso é factível com a implantação de Áreas de Livre Comércio (ALC). A criação destas áreas significa trazer para o estado novas empresas que, em um futuro próximo, se tornarão possíveis fornecedoras dos grandes projetos e empreendimentos desenvolvidos no estado, for-

Já somos grandes e temos um potencial natural fabuloso. Imaginem se, somado a isso, gozásemos de tratamento igualitário na política de incentivos?

mando, assim, o ciclo virtuoso de investimento e desenvolvimento. Não podemos perder essa oportunidade. O momento é favorável para o desenvolvimento econômico e social. Nossa obrigação é torná-lo real em curto espaço de tempo.

Neste sentido, a FIEPA desenvolve – desde o final de 2009 – a campanha a favor da ALC. Somos o único ente federativo na região amazônica sem esta política de incentivo, o que encarece nossa produção em 30%, se comparada a dos nossos vizinhos.

Já somos grandes e temos um potencial natural fabuloso. Imaginem se, somado a isso, gozásemos de tratamento igualitário? Poderíamos melhorar, e muito, nosso ranking no desenvolvimento regional, mas, mais do que isso, poderíamos, de fato, ajudar a retirar da miséria tantos brasileiros. Potencial natural nós temos para crescer. Agora, temos que ir além do potencial e mostrar que o empresário paraense é capaz de multiplicar o que ganhamos por natureza. É hora de internalizar esses investimentos e acreditar na capacidade pujante dos empresários locais. ■



Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA

Quadrênio 2006/2010

PRESIDENTE: José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa - 1º VICE-PRESIDENTE

Gualter Parente Leitão - 2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Pereira dos Santos Jr.

Luiz Carlos da Costa Monteiro

Antônio Georges Farah

Ronaldo Maiorana

Roberto Kataoka Oyama

Juarez de Paula Simões

Fernando Antônio Ferreira

Nilson Monteiro de Azevedo

Luiz Otávio Rei Monteiro

DIRETORES

José Duarte de Almeida Santos - DIRETOR SECRETÁRIO DA FIEPA

Antônio Djalma Vasconcelos - 2º DIRETOR SECRETÁRIO

Ivanildo Pereira de Pontes - DIRETOR EXECUTIVO

Roberto Rodrigues Lima - 2º DIRETOR TESOUREIRO

Carlos Jorge da Silva Lima

José Maria da Costa Mendonça

Marcos Marcelino de Oliveira

Fábio Ribeiro Vasconcelos

Jefferson Rodrigues Brasil

Antônio Pereira da Silva

Pedro Flávio Costa Azevedo

Paulo Afonso Costa

Jadir Seramucin

Antônio Emil Macedo

Eugênio Carlos Lopes Victorasso

Hélio de Moura Meilo Filho

Ana Clara Rodrigues Boralli

Sônia Kerber

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Luizinho Bartolomeu de Macedo

Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Roberval Souza

João Batista Corrêa Filho

CHEFIA DE GABINETE

Fabio Contente



SETOR EM CRISE

Colapso institucional abala o setor madeireiro, mas a expectativa é de retomada dos negócios.

Pág. 18

TRANSFORMAR É O NEGÓCIO

Bolsa de resíduos é alternativa econômica e sustentável para o setor empresarial.

Pág. 22

PARÁ Industrial

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA / Sesi / SENAI / IEL)

PRODUÇÃO

temple
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865

Edifício Síntese 21 - 12º andar

Bairro São Brás | Cep: 66040-100

www.temple.com.br | temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro

Edição: Fernando Alves

Projeto gráfico: Calazans Souza

Tratamento de imagem e diagramação: Antônio Machado e Calazans Souza

Reportagens: Alessandra Barreto, Bosco Galvão, Daniel Nardin, Fabrício Gesta, Lorena Nobre, Nathalia Petta, Rosana Maciel, Tiago Chaves e Yuri Age

Estagiário: Sandro Raony

Revisão: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação

Walkiria Medeiros - walkiria@temple.com.br

(91) 3205-6526 / 3205-6500

Impressão: Marques Editora

Tiragem: 15.000 exemplares

FIEPA: Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588. Cep: 66035-190.

(91) 4009-4900 / (91) 3224-1995

ascom@fiepa.org.br

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.



TEM MINÉRIO EM QUASE TUDO

Panelas, carros e até cosméticos são exemplos de aplicação dos minérios em produtos do dia a dia.

Pág. 38

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Crianças aprendem nas escolas do Sesi os benefícios de uma alimentação correta.

Pág. 32



3 • EDITORIAL
José Conrado: estado precisa internalizar investimentos

12 • ECONOMIA
US\$ 50 bilhões em investimentos e oportunidades para o estado

16 • QUALIFICAÇÃO
Cinco novos laboratórios preparam trabalhadores para o mercado de trabalho

20 • EMPREGO
Geração de postos de trabalho depende de uma política de incentivos para o estado

28 • ASSOCIATIVISMO
Empresas começam a descobrir que juntas são mais fortes

34 • MAIS COMPETITIVOS
Com apoio do Procem, empresários ganham mercado investindo na certificação.

36 • REPRESENTATIVIDADE
CNI investe no fortalecimento dos sindicatos para estimular negócios e desenvolver o país

RADAR DA INDÚSTRIA | 6
Exposibram volta a Belém

VIDA CORPORATIVA | 27
A importância do uniforme

INDÚSTRIA EM FOCO | 43
A expansão dos negócios de siderurgia com a Copala



“A OAB do Pará está junto com a sociedade paraense também pela instalação de Belo Monte, para que parte dessa energia sirva para o desenvolvimento do estado.”

ENTREVISTA:

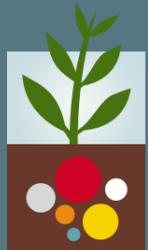
Jarbas Vasconcelos, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Pará. Pág. 8

COLABORAÇÃO

15 • ARMANDO MONTEIRO NETO | Presidente da Confederação Nacional da Indústria

42 • LIA CARVALHO | Presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social da FIEPA

EXPOSIBRAM
AMAZÔNIA 2010



MINERAÇÃO

Grandes empresas de mineração já estão se mobilizando para participar da segunda edição da Exosibram Amazônia, que compreende a Exposição Internacional de Mineração da Amazônia e o 2º Congresso de Mineração da Amazônia. O evento será realizado no Hangar, em novembro deste ano, e vai discutir a relação entre mineração e sustentabilidade e os rumos do setor pós-crise econômica. O evento já está na internet: www.exosibram.org.br.

CRESCIMENTO

A expectativa é superar os resultados da primeira edição, realizada em 2008, quando o evento contou com a participação de 85 expositoras e mais de 9 mil visitantes. A Exosibram Amazônia é a maior vitrine de produtos, serviços, inovações tecnológicas e oportunidades de investimentos que abrem caminho para o desenvolvimento da atividade minerária de forma sustentável.

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO

Ações de desenvolvimento territorial têm se mostrado bastante eficientes para a redução das desigualdades regionais e o crescimento econômico do Brasil. Para estimular essas práticas, o Ministério da Integração Nacional – em parceria com o Sebrae, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – lançou o Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional que, em sua primeira edição, homenageará o economista Celso Furtado.

A premiação está dividida em três categorias: práticas exitosas de produção e gestão, conhecimento acadêmico e projetos inovadores para a implantação no território. O prêmio distribuirá perto de R\$ 220 mil em prêmios aos vencedores. As inscrições seguem até 19 de junho e podem ser feitas através do site www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/premio.



CAPACITAÇÃO

O Senai do Pará fechou parceria com a Vale para capacitar, até julho, mais de 2 mil profissionais em oito cursos de qualificação. A parceria se estende até o final de 2011 e deverá formar a mão de obra local para atender a demanda que surgirá com o início das operações da Alpa – Aços Laminados do Pará, um investimento Vale estimado em mais US\$ 3,7 bilhões e que deve criar 18 mil novos postos de trabalho no município de Marabá.



REPRESENTATIVIDADE

O paraense Ophir Cavalcante Júnior é o novo presidente do Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. No período de 2010 a 2013, ele conduzirá os rumos da instituição que reúne quase 700 mil advogados.

Ophir nasceu em Belém e se formou em Direito pela UFPA – Universidade Federal do Pará em 1983. Foi presidente da Seccional da OAB no Pará no período de 2001 a 2006. O presidente também é procurador do Estado do Pará e professor da UFPA (aprovado em concurso público), de onde se encontra licenciado para exercer o mandato na OAB. É mestre em Direito do Trabalho pela UFPA e autor de inúmeros artigos publicados em revistas e jornais de circulação nacional.

Balanço mineral

Mesmo registrando uma queda de 22% na exportação em 2009, consequência da crise econômica mundial, a indústria mineral paraense manteve-se firme e fechou o ano com saldo positivo na geração de emprego e na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Os dados, divulgados no mês de março pelo Simineral (Sindicato das Indústrias Minerárias do Pará), revelam que as empresas, mesmo no ano de crise, conseguiram manter o faturamento líquido.



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Empresas filiadas ao Sindicato da Panificação do Estado do Pará (SIPPA) selaram, na segunda quinzena de março, um convênio com a Sedect (Secretaria Executiva de Desenvolvimento e Tecnologia), o Sebrae e o Centro de Excelência em Eficiência Energética (Ceamazon) para aumentar a rentabilidade da indústria de panificação. Através do Ceamazon, as panificadoras receberão um diagnóstico apontando desperdícios no sistema energético e dicas para dar maior eficiência na utilização dos fornos elétricos. Após a fase do diagnóstico, a Fapespa (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará) deverá lançar edital para o fomento das panificadoras, auxiliando na possível troca das máquinas obsoletas e que desperdiçam energia.

POR UMA JUSTIÇA FORTE

AOAB – Ordem dos Advogados do Brasil é uma instituição de classe que representa quase 700 mil profissionais em todo o país. No entanto, sua postura firme e combativa não a identifica como uma entidade de classe, mas sim como instituição defensora da justiça, dos direitos da sociedade e das instituições democráticas. É assim no cenário nacional e também nas Seccionais da Ordem nos estados. No Pará, quem assume o desafio de manter a OAB na pauta das grandes discussões e decisões é Jarbas Vasconcelos, que tomou posse para o triênio 2010/2013.

Natural de Santarém e crescido em Monte Alegre, municípios do oeste do Pará, o novo presidente tem 43 anos, sendo 23 deles dedicados à advocacia. A paixão pela profissão vem de criança, acompanhando os tribunais do júri que aconteciam no interior. Ele confessa que a advocacia penal o inspirou, mas a carreira profissional o levou para a defesa dos direitos trabalhistas. A graduação foi feita pela Universidade Federal do Pará.

Casado com a também advogada Mary Vasconcelos e pai de duas filhas, Jarbas gosta de correr e tem fascínio pelas artes marciais do boxe e do jiu jitsu, que pratica também como forma de afastar o estresse.

E o novo presidente gosta de briga. Uma das primeiras que comprou à frente da OAB foi com os magistrados do estado ao deflagrar a chamada Operação TQQ, numa referência a um jargão jurídico que significa que o juiz no Brasil trabalharia apenas às terças, quartas e quintas-feiras. E outras controvérsias não de surgir, afinal, a OAB tem um histórico de participação em discussões acaloradas que vão da corrupção eleitoral ao combate ao trabalho escravo, passando pela questão da garantia da saúde à população e da manutenção dos direitos humanos.

Nesta entrevista à PARÁ INDUSTRIAL, Jarbas Vasconcelos fala destes e de outros temas polêmicos que serão rotina na sua vida pelos próximos três anos à frente da Ordem no Pará.

PARÁ INDUSTRIAL – Quais os principais desafios para a OAB Pará?

JARBAS VASCONCELOS – Fundamentalmente a defesa das prerrogativas dos advogados. E quando falo defesa das prerrogativas, estou falando do interesse da sociedade de ter um profissional independente, que possa falar com o desassombro dos seus interesses, dos seus problemas, frente ao estado. Neste momento, nos deparamos com a defesa de uma das prerrogativas do advogado e da sociedade, que é ter juiz presente nas comarcas. É a luta que empreendemos recentemente, deflagrando a operação TQQ e constatando, lamentavelmente, que 60% dos juizes não estavam no seu local de trabalho no dia desta operação que nós fizemos.

PARÁ INDUSTRIAL – O ano é de eleição e esse é um grande desafio para a OAB. O que a Ordem pretende fazer

para acompanhar o processo eleitoral que se aproxima?

JARBAS VASCONCELOS – Vamos dar continuidade ao trabalho que a OAB já vem fazendo, todos os anos, que é criar um grupo de trabalho de combate à corrupção eleitoral. Inclusive, no plano nacional, o presidente da Ordem está criando um escritório da OAB exclusivamente voltado ao combate dos administradores públicos ímprobos. Portanto, temos este reforço no cenário nacional: um escritório que deve descer ao nível dos estados, das seccionais da OAB, para que possamos sustentar este combate sem trégua à corrupção que assola o Brasil. E quando a Ordem fala em combater a corrupção eleitoral, está falando em garantir o direito livre ao voto, sem pressão, sem coação, sem compra, sem trocas de favores. Portanto, a OAB vai estar denunciando, pedindo a cassação de

registro, de mandato, de diploma de qualquer candidato que, eventualmente, abuse do poder econômico, do poder político.

PARÁ INDUSTRIAL – O trabalho escravo ainda é um problema sério para o estado e isso acaba influenciando negativamente no aspecto social e até econômico, quando deixa de atrair novos empresários. Como a OAB vem acompanhando essa questão?

JARBAS VASCONCELOS – O que há de mais moderno no mundo todo hoje é a defesa e promoção do conceito de trabalho decente, que é o trabalho digno, trabalho que educa, que prepara o homem, que faz o homem crescer. Portanto, e essa ideia de trabalho decente que nós trabalhamos. E no Brasil, obviamente, que aqui na Amazônia e mais ainda no Pará, nós vivemos com o mal do trabalho escravo. A Ordem participa de todas



FOTOS: RAIMUNDO PACCO

as campanhas, juntamente com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com a Delegacia Regional do Trabalho e com a Secretaria de Justiça em uma atividade permanente de combate a esta praga que nós ainda não conseguimos extirpar.

PARÁ INDUSTRIAL – O que é preciso fazer, então, para coibir essa prática?
JARBAS VASCONCELOS – Toda terra em que for encontrado trabalho es-

cravo, temos que desapropriar para fins da reforma agrária, para outros fins de interesse público e os seus donos têm que ser condenados criminalmente. Recentemente nós tivemos a primeira sentença na justiça federal estabelecendo uma condenação penal a um dono de fazenda que reduziu seus empregados à condição análoga de escravos. Decisões como estas são muito importantes, só que elas não podem demorar tanto como demoram para que os cri-

“Quando a Ordem fala em combater a corrupção eleitoral, está falando em garantir o direito livre ao voto, sem pressão, sem coação, sem compra, sem trocas de favores.”

mes não prescrevam e o infrator seja absolvido.

PARÁ INDUSTRIAL – Outro assunto em destaque neste momento é Belo Monte. Como a OAB tem acompanhado as discussões desse tema e que ▶

tipo de posicionamento a Ordem pretende tomar?

JARBAS VASCONCELOS – Em conversa com o presidente da Fiepa, José Conrado, no segundo ou terceiro dia da nossa gestão, eu disse a ele que a OAB iria rever a sua posição sobre Belo Monte. E a OAB fez esta revisão nesta sexta-feira (26 de fevereiro), decidindo apoiar o empreendimento de Belo Monte e, a partir deste momento, a OAB vai fiscalizar o cumprimento de todas as medidas mitigatórias e compensatórias do projeto. E mais: a OAB está demandando do Governo do Estado e do Ministério das Minas e Energia para que, no edital que vai sair daqui a 60 dias, 25% da energia seja destinada ao Pará, como uma forma de estabelecer esta energia in natura e a administração dela. É uma forma de incentivo a novos empreendimentos econômicos e para sustentar empreendimentos já implantados no Pará, como forma mesmo de buscar o pagamento de tarifa reduzida para o povo do Pará. Esse é um tipo de compensação duradoura, eterna, em decorrência do empreendimento e que será de uma vantagem estratégica sem precedentes. Será, portanto, muito diferente do que aconteceu com Tucuruí, que foi ligado ao linhão, por cima da cabeça do povo do Pará e hoje, 25 anos depois, ainda as comunidades do oeste do Pará e do Marajó não recebem energia de Tucuruí. Isso não pode se repetir com Belo Monte. Esse empreendimento terá que servir não apenas ao desenvolvimento de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Nordeste, mas tem que servir, antes de tudo, ao desenvolvimento do Estado do Pará.

PARÁ INDUSTRIAL – E o que motivou a OAB a rever sua posição?

JARBAS VASCONCELOS – É inegável. Não podemos nos opor ao empre-



“Esse empreendimento (Belo Monte) terá que servir não apenas ao desenvolvimento de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Nordeste, mas tem que servir, antes de tudo, ao desenvolvimento do Estado do Pará.”

endimento. O Brasil precisa de energia? Precisa. Toda forma de produzir energia tem algum inconveniente ao meio ambiente, mas qual é a energia que tem menos inconvenientes na sua geração? É a usina decorrente da energia dos rios. Ela tem o inconveniente da sua implantação, porque atinge as comunidades locais, mas estes impactos hoje podem ser miti-

gados. É possível remanejar estas populações, dar assistência, educação, formação e capacitação profissional. São essas medidas mitigadoras que a OAB irá fiscalizar.

PARÁ INDUSTRIAL – Como a OAB tem se posicionado no cenário nacional para defender os interesses ambientais do estado e também da Amazônia?

JARBAS VASCONCELOS – O que acontece aqui, na Amazônia, é a falta do estado através de poucos fiscais do Ibama, de estrutura, de fiscalização, na saúde, é a falta do estado judiciário, do Ministério Público, da polícia federal, ou seja, o meio ambiente da Amazônia vive de uma grande coin-



“A Ordem está junto com a sociedade paraense também pela instalação de Belo Monte, para que parte dessa energia sirva para o desenvolvimento do estado.”

cidência de atuações, de situações para que ocorra o controle da lei. Então a lei, em termos ambientais na Amazônia, acaba sendo de uma aplicação aleatória. Funciona nas ações da Polícia Federal com o Ibama. Funciona porque uma comunidade é mais organizada e faz a denúncia. Mas ela vai sempre correndo atrás da lesão. Então, o que a OAB faz quando diz que precisamos ter mais justiça federal, ela fala de ter mais Ministério Público Federal, mais polícia federal, mais justiça. A OAB está falando de mais agentes de fiscalização que interajam com esse ramo que é o judiciário federal, inclusive de mais fiscais que vão assegurar o efetivo cumprimento do respeito ao meio ambiente. Então a OAB pensa nisso de forma integrada.

PARÁ INDUSTRIAL – A OAB está se mobilizando para que Belém tenha

ra que nós tenhamos mais varas no Pará e um Tribunal Regional Federal com jurisdição na Amazônia Oriental e com sede em Belém. As principais mudanças que viriam com esse tribunal são uma maior efetividade no combate à lesão dos direitos humanos, à tutela da dignidade humana, seja do trabalhador que é reduzido ao escravo ou do trabalhador que é vitimado no conflito da terra. As graves violações dos direitos humanos podem e devem ser processadas pela justiça federal com mais celeridade, com mais rigor. O problema é que nós não temos celeridade e, dessa forma, os crimes restam impunes.

PARÁ INDUSTRIAL – Na sua avaliação como está hoje a cadeia produtiva industrial do estado?

JARBAS VASCONCELOS – O que precisamos no Pará, historicamente, é de verticalização e diversificação da nossa produção. Depois de 30 anos de Vale no Pará, nós vamos começar a implantação de uma siderúrgica. Por hora, continuamos produzindo aço e ferro, assim como produzimos alumínio e industrializamos muito pouco deste alumínio, produzimos alumina, produzimos mal, lesando o meio ambiente e nós precisamos reverter essa situação. Então a OAB se engaja nessas lutas e interage, seja com as entidades representantes dos empresários ou dos trabalhadores do estado, no sentido de termos aqui um fórum permanente de desenvolvimento, inclusive este foi um dos motivos da nossa pauta com o presidente da FIEPA. A OAB está junto com o estado do Pará em relação à verticalização da produção do ferro de Marabá e estará com os empresários pela verticalização e diversificação dos produtos de alumínio. A Ordem está junto com a sociedade paraense também pela instalação de Belo Monte, para que parte dessa energia sirva para o desenvolvimento do estado. ■



Oportunidades e desafios

Volume de investimentos previstos para o estado é uma grande oportunidade de desenvolvimento local, mas o desafio é criar possibilidades para que os recursos sejam internalizados

Nos próximos cinco anos, o Pará receberá um volume de recursos em investimentos como nunca foi verificado em toda a sua história. Mais de US\$ 52 bilhões – 98% vindos da iniciativa privada – deverão consolidar cadeias produtivas locais, proporcionando a verticalização da matéria-prima, além de gerar mais de 119 mil novos postos de emprego. Os investimentos detalhados para o período de 2010-2014 são apresentados no guia “Pará Investimentos – Oportunidades e Desafios”, da FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará.

Mais que apresentar o estudo, a intenção da entidade é promover a internalização dos investimentos e multiplicá-los, estimulando que as empresas locais participem dessas grandes obras. “O volume de recursos anunciado é fabuloso, porém, se não acompanharmos de perto, incentivando e contribuindo com o governo pa-

ra que as empresas locais participem diretamente dos grandes empreendimentos, perderemos a oportunidade de multiplicar esses investimentos bilionários”, explica o presidente da FIEPA, José Conrado Santos.

Com esse direcionamento, o Programa de Desenvolvimento dos Fornecedores (PDF), da FIEPA, trabalha para a qualificação das empresas locais, capacitando-as para que sejam fornecedoras dos empreendimentos que aqui se instalarão. Já como parte dessa iniciativa, no final de fevereiro, oito empresas de Santarém, no oeste paraense, receberam a certificação do Selo de Qualidade ACES, da Associação Comercial e Empresarial do município. A criação do selo faz parte de um programa local da Associação Comercial e conta com a parceria do PDF e da Mineração Rio do Norte (MRN), empresa de mineração instalada naquela região. A certificação dá condições às empresas de se tornarem mais

• **Produção de alumina em Barcarena: com a implantação da CAP, município vai ganhar um novo empreendimento e novas oportunidades de negócios**

competitivas e de que estejam sempre em busca de melhorias na gestão. Além das oito empresas, outras 19 foram recertificadas, mantendo o nível de qualidade de serviços e produtos não só na capital, mas no interior do estado.

Com relação à incorporação de trabalhadores locais nos grandes projetos, o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial também vem fazendo sua parte. Apenas em Barcarena, deverão ser qualificados, até o final deste ano, mais de 2 mil profissionais. No mapeamento dos investimentos apresentados no guia, Barcarena faz parte do Polo Grande Belém, onde está sendo estimada a criação de mais de 29 mil empregos. A CAP será o empreendimento que mais vai empregar na região – serão 7.600 empregos diretos – seguida do Projeto Biopalma de produção de biodiesel, da Vale, que empregará 6 mil profissionais, e da siderúrgica da Usipar, responsável por criar 4.500 novos postos de trabalho.

O Polo de Carajás, que contempla o sul e sudeste do estado, será a região que mais vai empregar nesses cinco anos. Serão criados 64.144 postos de trabalho através de investimentos na soma de US\$ 33.437 bilhões, o que representa 63% do total dos recursos anunciados. Dentre os investimentos, destaque para os maiores: projeto Serra Sul, da Vale (US\$ 11,297 bi), projeto Jacaré, da Anglo American (US\$ 4,3 bi) e a Aços Laminados do Pará, da Vale (US\$ 3,7 bi). Para não perder a onda de crescimento que virá com esses novos negócios, as entidades localizadas em Marabá já desenvolvem ações de capacitação e estruturação do município. A Associação Comercial e Industrial de Marabá, em parceria com a Vale, qualificará 5 mil trabalhadores que atuam na área da construção civil.

Incentivos aumentam ganhos

Para potencializar os ganhos do Pará nos próximos anos, a FIEPA iniciou uma campanha pela igualdade tributária do estado aos demais entes federativos da Amazônia. Na região, apenas o Pará não tem áreas incentivadas que exonerem ou reduzam as alíquotas dos tributos que incidem sobre a produção, comercialização e sobre o comércio exterior. Todos os vizinhos apresentam em seus territórios Áreas de Livre Comércio (ALC), o que – em comparação com a nossa produção – reduz o custo em 30%, em consequência da desoneração de impostos como o IPI, ICMS e PIS/COFINS. ►

PROJETOS DE GRANDE RELEVÂNCIA PARA O ESTADO

PROJETO USIPAR

- ☑ Investimento: US\$ 4,2 bilhões
- ☑ Geração de empregos: 4.500 diretos
- ☑ Início da operação: 2012
- ☑ Localização: Barcarena, Polo Grande Belém
- ☑ Detalhes: concretiza a verticalização da cadeia produtiva do ferro no Pará e deve iniciar a produção com capacidade de 2 milhões de toneladas de aço por ano. Ao mesmo tempo, a estimativa é que, nesse período, a produção de ferro-gusa tenha atingido 3 milhões de toneladas. Hoje a empresa está na primeira fase do projeto produzindo produz ferro-gusa a partir de coque metalúrgico. A usina opera com dois altos fornos que têm capacidade de 500 mil toneladas de ferro-gusa. Nessa etapa, a Usipar gera cerca de 900 empregos diretos e indiretos, a grande maioria deles para pessoas de Barcarena e municípios vizinhos.

COMPANHIA DE ALUMINA DO PARÁ-CAP

- ☑ Investimento – US\$ 2,2 bilhões
- ☑ Geração de empregos – 7.600 diretos
- ☑ Início da operação – 2012
- ☑ Localização – Barcarena, Polo Grande Belém
- ☑ Detalhes: localizada no município de Barcarena, nordeste paraense, a previsão é que a Companhia de Alumina do Pará produza, numa primeira fase, 1,9 milhão de toneladas de alumina, podendo chegar a uma capacidade de 7,4 milhões de toneladas nos próximos anos, integrando-se à cadeia do alumínio no Pará e ao distrito industrial de Barcarena. O empreendimento vai gerar cerca de 4 mil postos de trabalho na construção da fase inicial, entre obras civis e montagem, podendo chegar a 7,6 mil empregos no pico da obra. Na primeira fase da operação, serão gerados 650 empregos diretos e 1.500 indiretos.



• *Energia, com a UHE Belo Monte, e siderurgia, com a Alpa, são algumas áreas que vão atrair investimentos para o estado nos próximos cinco anos*

De acordo com o presidente Conrado, o Pará está em condição de uma “ilha de escassez de oportunidades” cercada por vantagens que a ele são inatingíveis, criando uma situação de desigualdade perante seus vizinhos. “Produzir no Pará está sendo muito complicado para os empresários. Não temos como ter aqui um parque industrial moderno e competitivo se esta condição de desigualdade entre o Pará e os estados da Amazônia permanecer”, argumenta.

Para mobilizar a classe empresarial, a FIEPA lançou, no início do ano, a cartilha “Os Incentivos Fiscais para a Amazônia e o Isolamento Tributário do Estado do Pará”, produzida com a orientação do advogado tributarista, Helenilson Pontes. ■

AÇOS LAMINADOS DO PARÁ (ALPA)

- ☑ Investimento: US\$ 3,7 bilhões
- ☑ Geração de empregos: 18 mil diretos
- ☑ Início da operação: 2013
- ☑ Localização: Marabá, Polo Carajás
- ☑ Detalhes: com uma produção de 2,5 milhões de toneladas de aços planos (placas, chapas grossas e bobinas a quente), a Alpa será o maior empreendimento a se instalar em Marabá ao longo dos seus 97 anos de fundação. Além de ser relevante para o município, é um empreendimento bastante significativo para a economia de todo o estado, pois será mais um projeto dar condições para a verticalização da cadeia siderúrgica paraense. A produção da Alpa poderá ser utilizada na fabricação de carros, geladeiras, botijões de gás e vários outros produtos industriais. As obras para a construção da siderúrgica deverão iniciar já neste ano, assim que a Vale conseguir a licença ambiental para o empreendimento.

AHE BELO MONTE

- ☑ Investimento: US\$ 8 bilhões
- ☑ Geração de empregos: 18.700 diretos
- ☑ Início da operação: 2013
- ☑ Localização: Altamira (rio Xingu), Polo Tapajós
- ☑ Detalhes: terá capacidade instalada de 11.181 MW e poderá abastecer 25 milhões de residências. Além do benefício energético, vai gerar uma receita anual de R\$ 4,2 bilhões. Desse total, 45% (algo em torno de R\$ 60 milhões) irão para os cofres do estado e outros 45% ficarão para os municípios na área de influência: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. O restante será dividido entre os Ministérios de Minas e Energia (MME) e do Meio Ambiente (MMA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

ARTIGO *Armando Monteiro Neto*

Deputado federal (PTB-PE), industrial e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, UMA PRIORIDADE

A retomada da atividade econômica pós-crise já começa a enfrentar dificuldades na contratação de mão de obra qualificada. Não bastasse esse aumento da demanda pela reativação da economia, os projetos de exploração do petróleo da camada do pré-sal, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 acrescentam o risco de um novo apagão de trabalhadores qualificados, comprometendo o crescimento sustentável da economia.

O eminente professor da USP José Pastore, especialista em trabalho, afirma que, toda vez que o país cresce a taxas superiores a 4,5%, como deve ocorrer este ano, falta mão de obra qualificada. O Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial estima que o Brasil vai precisar qualificar, anualmente, 3 milhões de trabalhadores nos próximos cinco anos.

O Senai está fazendo sua parte, com competência. A instituição efetua, por ano, cerca de 2,4 milhões de matrículas nos mais de 2 mil cursos de aprendizagem industrial e qualificação profissional básica, técnicos de nível médio e superior (graduação e pós-graduação).

É um esforço gigantesco e essencial para o desenvolvimento brasileiro, porque sabemos que um país com capital humano preparado está mais apto a absorver e desenvolver novas tecnologias, com consequentes ganhos de produtividade.

O Mapa Estratégico da Indústria 2007/2015, que propõe ações e programas capazes de transformar o Brasil numa economia efetivamente competitiva, destaca que não apenas a educação básica precisa ser fortalecida, mas também o acesso ao ensino superior e à educação profissional e tecnológica.

Educação e conhecimento são pilares do Mapa Estratégico e uma das bases da elevação da produtividade. A educação profissional e tecnológica constitui suporte estratégico para a sustentabilidade e a competitividade da indústria. O ambiente industrial vem apresentando crescentes níveis de exigência e de complexidade no trabalho, em função da velocidade e profundidade com que são incorporadas inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção.

As competências dos trabalhadores tendem a se modificar constantemente. Cada vez mais são valorizados requisitos além dos conhecimentos científicos e tecnológicos, incluindo habilidades básicas, específicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia e valores ligados à ética e responsabilidade.

Em 2008, o Senai firmou, em conjunto com entidades como o Sesi, Senac e Sesc, acordo com o governo federal definindo uma nova agenda para a educação profissional. Os principais pontos foram a ampliação da gratuidade do ensino, a elevação da carga horária para formação inicial e da escolaridade do trabalhador.

Toda vez que o país cresce a taxas superiores a 4,5%, falta mão de obra qualificada. O Senai estima que o Brasil vai precisar qualificar, anualmente, 3 milhões de trabalhadores.

A necessidade de aumentar a competitividade industrial levou a CNI a lançar o Programa Educação para a Nova Indústria, executado pelo Senai e Sesi. O programa prevê investimentos de R\$ 10,45 bilhões e a oferta de formação básica e profissional para 16,2 milhões de brasileiros até o final deste ano – 7,1 milhões pelo Sesi, na área de educação básica e educação de jovens e adultos, e 9,1 milhões pelo Senai, em cursos de educação profissional técnica e de nível médio. O programa é uma resposta ao desafio de aumentar a oferta de oportunidades para a formação de profissionais que atendam aos requisitos do mercado de trabalho.

A oferta de uma educação básica de qualidade, desenvolvida de forma articulada com a educação profissionalizante, e também a adequação do sistema de ensino técnico e profissionalizante à efetiva demanda do mercado representam importantes desafios para a qualificação da mão de obra.

É cada vez mais evidente a inter-relação e complementaridade da educação profissional com a educação básica. Por isso, o setor industrial acredita que este deve ser um dos pilares de atuação do próximo governo. ■



Prontos para novas oportunidades

Cinco modernos laboratórios do Senai foram entregues em Barcarena para qualificar os profissionais da região nordeste

• **Entrega dos novos laboratórios: qualificação para 2 mil profissionais por ano e mais oportunidades para a região**

O município de Barcarena, no nordeste do Pará, é um dos mais importantes polos industriais do estado. E a expectativa é que a região ganhe um importante incremento econômico nos próximos anos. Segundo o guia Pará Investimentos, lançado pela FIEPA em janeiro deste ano, a cidade receberá, até 2014, cerca de US\$ 6,4 bilhões em investimentos. Como consequência, haverá um crescimento na oferta de empregos estimado em 12 mil postos de trabalho.

Um cenário extremamente positivo que pode encontrar um entrave: a oferta de mão de obra qualificada. Pensando na capacitação desses profissionais, o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Sistema FIEPA instalou cinco novos laboratórios no Centro de Educação Pro-



• **Tecnologia: presidente da FIEPA testa equipamentos dos novos laboratórios**

fissional (CEP) de Barcarena. A iniciativa visa aumentar o nível técnico de formação e qualificar cerca de 2 mil profissionais por ano para atender as demandas da região.

Cerca de R\$ 1,4 milhão foi investido nos novos laboratórios, que começam a prestar serviços técnicos e tecnológicos às empresas locais e estão sendo utilizados para as ativida-

R\$ 1,4 milhão
total de investimento realizado nos cinco novos laboratórios de Barcarena, que passam a oferecer cursos nas áreas de eletromecânica, corrosão, automação, informática e simuladores de equipamentos móveis

des práticas de cursos nas áreas de eletromecânica, corrosão, automação, informática e simuladores de equipamentos móveis.

Um dos laboratórios é o de corrosão, o primeiro na Região Norte e o quinto no Brasil a oferecer, a grandes e pequenas empresas, serviços de ensaios e calibração, em conformidade com regulamentos técnicos, normas e sistemas de qualidade. O laboratório está equipado com máquinas de última geração que realizam estudos de corrosão, importantes para evitar o colapso de materiais metálicos utilizados na construção de viadutos, pontes, dutos, tanques e qualquer empreendimento que tenha o aço como material construtivo.

Quem aprovou a novidade foi o aluno-aprendiz do curso de Eletricidade Industrial, João de Deus Silva, que se considera mais preparado para ingressar no mercado de trabalho com a utilização dos laboratórios e suas aulas práticas. “Os laboratórios ajudam bastante durante as aulas, já que eles são equipados com todas as máquinas que vamos encontrar na vida profissional”, explica.

Ao final do curso, João terá a oportunidade de estagiar por dois meses na Alunorte, uma das empresas instaladas no município, onde vai conhecer mais de perto a realidade da produção industrial. “Estagiar dentro de uma grande empresa como a Alunorte é uma oportunidade única que o Senai oferece aos seus alunos e acredito que meu certificado vai abrir muitas portas para o meu primeiro emprego”, ressalta. ■



• **Simulador 3D é ferramenta de aprendizado nos laboratórios do Senai**

TECNOLOGIA A FAVOR DO APRENDIZADO

Em um mercado cada vez mais competitivo, as empresas buscam pelo profissional com a melhor qualificação e que tenham a percepção de operacionalização das empresas. Para aperfeiçoar a capacitação dos novos profissionais na área de movimentação industrial, dando a eles um conhecimento mais próxima do que é a realidade de uma indústria, o Senai adquiriu um software com simulação em terceira dimensão de máquinas pesadas.

Instalado no laboratório de simuladores de equipamentos móveis, o software permite realizar treinamentos em seis diferentes equipamentos: guindastes, pontes rolantes, talhas elétricas (que fazem transporte horizontal e vertical de cargas), gruas (usadas principalmente na construção civil), empilhadeiras (comuns na área portuária) e máquinas de terraplanagem. Os comandos reproduzem o uso real das máquinas. Com isso, os alunos adquirem maior destreza antes de operar máquinas verdadeiras e utilizam melhor o tempo do curso.

O objetivo dos laboratórios é ampliar o acesso à tecnologia para técnicos das unidades operacionais do sistema industrial em todo o estado. Segundo o diretor regional do Senai, Gerson Peres, este é mais um passo para o Sistema FIEPA melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores das indústrias de todo estado, principalmente no interior. “O Pará precisa de profissionais bem formados e capazes de acompanhar as mudanças tecnológicas e os novos métodos de produção. Com o laboratório, esses trabalhadores terão mais uma ferramenta para potencializar o seu desenvolvimento e o da região”, destaca. Para o presidente da FIEPA, José Conrado Santos, o laboratório vai adequar os profissionais para uma nova era de tecnologia. “Grandes projetos estão sendo desenvolvidos para esta região e a mão de obra precisa estar qualificada para conquistar as vagas de emprego. O objetivo é integrar indústria e trabalhador num processo de ensino com o uso da tecnologia”, defende.

Crescimento travado

Apesar de todo o potencial natural do estado, o setor madeireiro enfrenta uma crise que reduziu sua participação no mercado. Apesar disso, empresários enxergam perspectivas positivas.



• Operária do setor madeireiro: cenário desfavorável causou o fechamento de cerca de 10 mil empregos diretos nos últimos dois anos

A produção madeireira sempre ocupou lugar de destaque na balança comercial paraense. Por muito tempo, o setor teve lugar cativo na segunda posição do ranking de exportações (onde a mineração tem a liderança), sendo reconhecido como um dos pilares da economia do estado. Os ventos mudaram e o setor enfrenta uma grave crise, da qual começa a se recuperar de forma gradual.

Para os empresários do segmento, 2009 foi um ano mais que ruim. Na exportação, a queda beirou os 50% no volume de negócios e em valores financeiros: foram comercializados US\$ 346 milhões no ano passado contra US\$ 631 milhões no ano anterior. De 10% a 15% das empresas locais fecharam as portas e pelo menos 1.500 postos de trabalho foram extintos só no ano de 2009 (foram cerca de 10 mil diretos no período de 2007 a 2009). Na balança comercial, isso se refletiu com um

novo ranking, onde o setor madeireiro passa a ocupar o terceiro lugar.

As causas da crise passam por questões como o próprio mercado e também estão ligadas à crise financeira internacional. A principal razão, no entanto, é a crise institucional que já existe há muito tempo e que se revela principalmente na morosidade do órgão ambiental e na demora para a implantação das políticas públicas florestais.

Para Justiniano Netto, diretor executivo da Aimex (Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará), a crise institucional é mais antiga e grave que a crise internacional. “Com criatividade e investimento, o bom empresário consegue superar a crise de mercado, enquanto que a crise institucional é muito difícil superar porque não depende do empresário, depende do governo e de outros atores que não estão sob o con-



“Ainda é aqui a maior floresta tropical do mundo, então, qual a solução para desenvolver o estado se não melhorando a atividade florestal? Felizmente, o governo começou a perceber isso. Esperamos que ele continue implantando as políticas necessários.”

Justiniano Netto, diretor executivo da Aimex

trole do empresário. Essa crise é mais antiga e, ao longo dos anos, ela minou a nossa economia florestal madeireira, fazendo com que algumas empresas tradicionais encerrassem suas atividades por não ter perspectivas e pela dificuldade de trabalhar”, destaca.

Três pontos são cruciais para entender o entrave que cerca o ambiente de negócios do setor. O primeiro deles é o marco regulatório, ou seja, as “regras do jogo”. É preciso existir – e ainda não há – um mecanismo jurídico claro e adequado para regular a atuação das empresas.

Outro item é a eficiência institucional, que representa a solidez das instituições que operam o setor, como Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Iterpa (Instituto de Terras do Pará), onde falta estrutura física e de pessoal para atender à demanda do setor e fazer o ordenamento necessário. “Esse problema não é exclusivo do nosso setor, mas é onde ele é mais grave. O setor madeireiro é o único que precisa de documento para trabalhar no dia a dia. Não é como em outros setores, que basta ter uma LO (licença de operação). No nosso setor, cada carga de madeira precisa estar acompanhada de uma licença ambiental”, explica Justiniano.

O terceiro pilar da crise é a falta de uma política de incentivos setorial, onde sobram problemas: faltam capacitação para a mão de obra, política de concessões florestais, infraestrutura e uma política de atração de investimentos. ■

NOVOS VENTOS

No horizonte do setor florestal, o que se anuncia são boas perspectivas. Desde agosto do ano passado, a curva do comércio internacional só aumentou. Com a troca no comando da Sema, onde Valmir Ortega foi substituído por Aníbal Picanço, o setor ganhou mais ritmo. Enquanto no primeiro semestre de 2009 a Sema liberou pouco mais de 200 mil metros cúbicos de madeira, sob a gestão do novo secretário foram liberados 4 milhões de metros cúbicos. A maior oferta de matéria-prima aumentou as exportações.

Há novos fatos também quanto à política florestal, essencial quando se fala em futuro da produção madeireira no estado. Além da aprovação dos planos de manejo, as concessões florestais ganharam mais celeridade e transparência. Cenário possível com a regularização e aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006).

Empresários também comemoram o avanço do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) no Pará – o ZEE da Zona Oeste já foi concluído e o da Zona Leste está em estágio avançado – e o setor deve ganhar em breve o Programa de Apoio ao Manejo Florestal (Pamflor), um modelo alternativo de licenciamento, no qual a adesão será feita de forma opcional pelo empresário. O decreto de criação foi assinado pela governadora Ana Júlia Carepa e o programa está na fase final de regulamentação.

Todas essas medidas na política ambiental, como concessões, ZEE e Pamflor, indicam uma mudança positiva no setor para os próximos anos, o que permitirá aos empresários utilizar os recursos florestais existentes com organização, planejamento e sustentabilidade.



Uma matemática simples

Indústria brasileira teve pior índice de geração de empregos desde 2002. No Pará, mudar este quadro depende de igualdade de condições tributárias frente aos demais estados.



• **Incentivos fiscais são a base para tornar o Pará mais competitivo, atrair novos empreendimentos e gerar mais obras e oportunidades de empregos**

O balanço do ano de 2009 não foi nada positivo para a indústria em relação à geração de emprego. Pesquisa divulgada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que o país teve índice negativo de emprego de 5,3%. O pior resultado desde 2002, quando o estudo começou a ser feito.

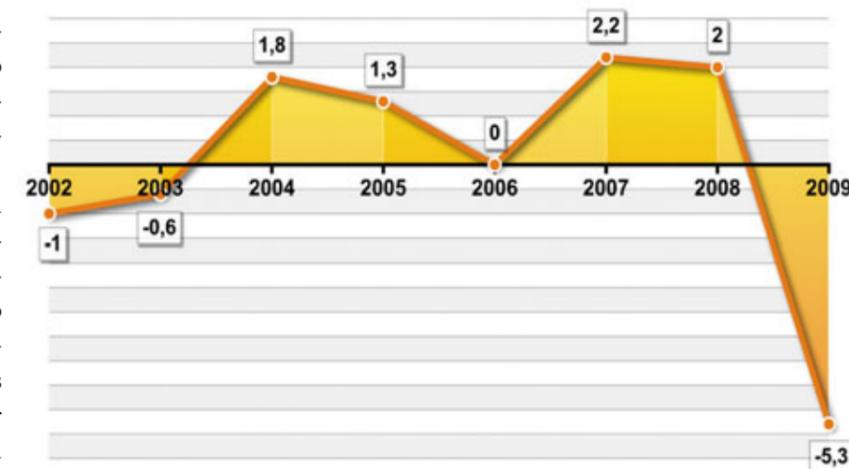
Os dados são reflexos ainda da crise econômica mundial, que fez tremeter os mercados financeiros, as indústrias, o comércio e até a vida do trabalhador no final de 2008 e início de 2009. E a estimativa não é das melhores para 2010. Afinal, levantar de um tombo tão forte não é tarefa fácil. Mas é possível desde que governos e setor privado estejam juntos na mesma tarefa: recolocar o Pará e o país na direção do aquecimento econômico.

A missão não é fácil, mas a lógica é elementar. “A matemática é simples: incentivos estimulam novos investimentos que, por sua vez, criam novos empregos, gerando renda e desenvolvimento para o estado”, ensina Nilson Azevedo, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará e presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho da Federação.

“A produção industrial paraense sofreu desaceleração por culpa da crise financeira mundial. Somos um estado eminentemente exportador e grande parte da nossa produção vai para fora. Logo, se os nossos parceiros comerciais, como Estados Unidos, Japão e os do bloco europeu sofreram um impacto negativo, isso também se reflete aqui. Baixa produção implica em menos oportunidades de emprego. A indústria de transformação, por exemplo, registrou um saldo negativo de 1.981 postos de trabalho. Isto foi provocado pela crise, mas também é consequência da inexistência de uma política de incentivos que estimule a

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o índice de geração de emprego no país em 2009 foi o mais baixo desde que o monitoramento começou, em 2002. Veja os números:

INDICADOR ACUMULADO AO ANO



“O Pará é o único estado da Região Norte sem uma política de incentivos que dê segurança aos novos investidores e, caso isso não mude, os postos de trabalho permanecerão os mesmos.”

Nilson Azevedo, vice-presidente da FIEPA

atração de novos investimentos”, destaca Azevedo.

Nada se pode fazer sobre o que já se passou. Para o futuro, no entanto, pode-se planejar novas ações. A FIEPA trabalha cobrando ações que possam garantir ao Pará um cenário mais positivo em 2010.

“Pelo contexto atual, acredito ser muito difícil a alteração de cenário. Com exceção aos grandes projetos mineradores, não teremos novas empresas que se instalarão no estado criando novos postos de trabalho. Somos pouco competitivos e vivemos numa condição de isolamento tributário. O Pará é o único estado da Região Norte sem uma política de incentivos que dê segurança aos novos investidores e, caso isso não mude, os postos de trabalho permanecerão os mesmos. Para reverter esta situação, a FIEPA continuará trabalhando para estimular e encontrar

um rumo para o desenvolvimento do Pará”, afirma Azevedo.

A FIEPA cobra, então, apenas igualdade de condições de competitividade. “Não temos uma política por parte do governo federal que nos garanta isonomia frente aos nossos vizinhos. Amazonas, Roraima, Amapá, Rondônia e o Acre têm sua produção 30% mais barata que a nossa, haja vista que em seus territórios existem uma ou mais Áreas de Livre Comércio (ALC), que garante benefícios tributários que incidem sobre a produção, a comercialização e o comércio exterior. Sobre esta situação de desigualdade, a FIEPA encampou, no início do ano, campanha para estimular a criação de uma ALC no Pará. Não estamos atrás de nenhum benefício frente aos nossos vizinhos. O que queremos é igualdade para nos tornarmos competitivos”, analisa o vice-presidente da FIEPA.

Apesar dos desafios, Nilson Azevedo é otimista e ressalta que o Pará pode ter um ano excelente e elevar os números do país. Mas precisa ser visto pelos governos da forma que o estado é: grande, forte e estratégico. “Nosso potencial é fantástico, basta que nos sejam dadas condições para produzir”, defende. ■

A era do reaproveitamento já começou!

A indústria descobre as vantagens da reciclagem para a geração de negócios. E como forma de estimular a transformação de resíduos em matéria-prima, a FIEPA lança a sua Bolsa de Resíduos.

Antoine Lavoisier, pensador francês do século XVIII, dizia que “na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. E essa filosofia vem ganhando cada vez mais espaço entre as empresas do século XXI, onde um dos grandes desafios é produzir causando o mínimo de impacto ao meio ambiente. Entra aqui uma questão crítica: o que fazer com o resíduo do processo produtivo garantindo a ele uma destinação ambientalmente correta?

A legislação brasileira prevê que as indústrias devem fazer o gerenciamento adequado dos seus rejeitos, de forma a evitar impactos na natureza, o que, de modo geral, vem sendo feito. Surge, no entanto, uma nova modalidade de administração de resíduos que ganha espaço entre os empresários e consiste no repasse de uma indústria à outra. Trata-se de um sistema que parte do princípio de que o que é resíduo para alguns, pode ser insumo para a produção industrial em outra empresa.

Mas nem sempre é fácil garantir essa destinação ao resíduo, permitindo à outra indústria aproveitá-lo. Justamente para facilitar esse mercado e incentivar a venda de resíduos por parte das indústrias é que a Federação das Indústrias do Pará ingressou no Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos (SIBR). O objetivo é converter refugo industrial em matéria-prima. Deryck Martins, secretário executivo do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA e coordenador da Bolsa, no Pará, explica como funciona esse sistema: “É um mercado virtual para que as empresas possam disponibilizar seus resíduos industriais e saber quem está interessado em adquirir. Então, a Bolsa de Resíduos servirá como

catalisador dessas informações para o empresário saber exatamente onde encontrar o que quer, de forma segura e com baixo custo.”

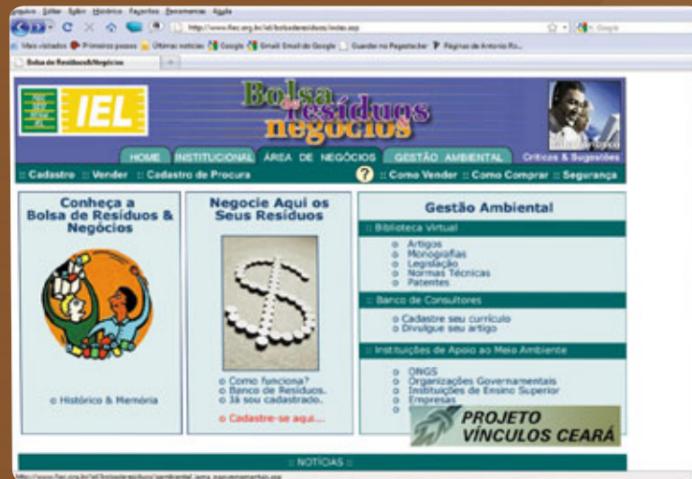
A principal proposta do SIBR é conciliar ganhos ambientais e ganhos econômicos. E o método escolhido para isso é bem simples: o comércio para a livre negociação entre comprador e vendedor. Com a ajuda da internet, um mercado virtual permite às empresas venderem ou doarem o rejeito de sua produção industrial. Na outra ponta desse negócio estão indústrias que têm nesse resíduo a matéria-prima para o seu processo produtivo. As bolsas de resíduos, portanto, atuam como gerenciadoras das informações existentes nesse mercado.

O Sistema Integrado de Bolsas de Resíduos é patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e conta com apoio das Federações das Indústrias da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná e Pernambuco. Esse sistema permite ao usuário um único cadastramento para uso de toda a base de informações disponíveis, incluindo a negociação de resíduos em escala nacional.

Para participar da Bolsa de Resíduos, a empresa precisa estar estabelecida legalmente no país, ou de outros países que possuam um representante legal devidamente autorizado para a comercialização de resíduos. Não são autorizadas a participar do Sistema Integrado as pessoas físicas e empresas com pendências de regularização na Receita Federal.

O interessado deve inicialmente escolher uma bolsa do Sistema Integrado em seu estado de origem, principalmente pelas facilidades para contato e negociações futuras. Quando o estado ainda não estiver no Sistema Integrado, pode- ▶

O coordenador da Bolsa de Resíduos do Pará, Deryck Martins, acredita que a iniciativa vai trazer ganhos para o empresariado local e para o meio ambiente



A bolsa de resíduos atua como um catalizador de informações. É um mercado virtual onde, de um lado, estão as empresas interessadas em vender ou doar os resíduos do seu processo produtivo e, de outro, empresários interessados em adquirir insumo para a produção, de forma segura e com baixo custo.

se escolher qualquer estado participante a partir das conveniências de proximidade ou interesse em negócios. O sistema de cadastro é o mesmo para todas as Bolsas do Sistema, sendo exigido dos participantes o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). O cadastro do participante é feito uma única vez e vale para todo o Sistema Integrado. Após aprovação, o participante poderá cadastrar os anúncios para venda, compra, troca ou doação de resíduos.

Uma das Federações que já está no Sistema Integrado da Bolsa de Resíduos é a FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo. Lá, a bolsa foi criada efetivamente em março de 1986, com a finalidade de intermediar negociações entre as empresas que disponibilizavam resíduos e as que estavam interessadas em adquirir tais refugos. Em 1994, a FIESP, por decisão da diretoria, encerrou as atividades da bolsa.

Porém, em 2002, foi relançada em novo modelo, utilizando a internet para facilitar a interação entre fornecedor e comprador. O sucesso foi tamanho que, na primeira quinzena de funcionamento, ou seja, em 30 de abril de 2002, foram cadastradas 145 empresas. Hoje, esse número saltou para 2.257. As empresas dos setores de plástico e químico são as que mais requisitam os serviços da bolsa paulistana.

A Bolsa de Resíduos paraense será lançada no dia 19 de abril e todo o empresário industrial poderá se cadastrar para fornecer e receber informações dos resíduos que estarão disponíveis.

Com isso, empresários terão a oportunidade de gerar receita e, ao mesmo tempo, garantir uma destinação adequada aos resíduos do seu processo produtivo. “Apostamos que a Bolsa de Resíduos vai gerar grandes oportunidades de negócios e o melhor de tudo: vai propiciar ampliar o leque de fornecimento de matéria-prima. Todos sairão ganhando, principalmente os empresários e o meio ambiente”, ressalta Deryck Martins.

A BOLSA DE RESÍDUOS É UMA ALTERNATIVA POSITIVA EM DIVERSOS ASPECTOS. VEJAS AS VANTAGENS:

- ☑ Preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente e da saúde pública
- ☑ Uso sustentável, racional e eficiente dos recursos naturais
- ☑ Aumento da conscientização do uso de resíduos que iriam parar no lixo
- ☑ Surgimento de subproduto com potencial de comercialização
- ☑ Valorização do resíduo, que passa a ser utilizado como matéria-prima de outra empresa ou setor
- ☑ Redução de custos diretos relacionados ao manuseio, armazenamento, transporte e destinação final
- ☑ Possibilidade de geração de receita direta



• Coleta seletiva e reaproveitamento: a Clean transforma garrafas pet em sofás, pufs e objetos de decoração (abaixo)

Bons exemplos

A bolsa é uma alternativa eficiente para ajudar a reduzir a produção de lixo, um problema que tem diversas conotações, mas a mais evidente delas é a questão ambiental. Por isso, criar mecanismos de reaproveitamento de resíduos é um aspecto crucial nos dias de hoje. Algumas alternativas já existem, mas é preciso ampliá-las.

Um exemplo de empresa que já trabalha com reciclagem é a Clean Gestão Ambiental e Serviços Gerais, que atua há 11 anos no Pará. A empresa produz cerca de 800 quilos de lixo por mês, onde 500 quilos são reciclados. O resultado disso é a produção de sofás, pufs, tapetes, luminárias e objetos de decoração feitos com garrafas pet e tampas de garrafas, materiais que iriam parar no lixo e contaminar o meio ambiente.

Belém, para se ter uma ideia, produz, em média, 900 toneladas por dia de lixo domiciliar. São 27 mil toneladas por mês. Muito deste material poderia ser reciclado, reduzindo o passivo ambiental na cidade e ainda virar matéria-prima, colaborando para a geração de novos negócios.

A Clean fez dessa possibilidade uma realidade. “Trabalhamos a percepção de que podemos reaproveitar o lixo e transformá-lo em outros produtos, assim aumentamos as oportunidades de negócios”, afirma José Santana, gerente de meio ambiente da Clean. ▶



Matéria de capa

O material utilizado para reaproveitamento vem da coleta seletiva feita pela empresa. Além de produzir objetos decorativos, ela oferece oficinas para os próprios colaboradores e para alunos da rede pública de ensino. Nessas oficinas, eles recebem orientações de como reutilizar material descartado, como jornais, revistas, garrafas pet, retalhos, caixas de papelão e sacolas plásticas.

Em 2002 a Clean deu início ao trabalho de reutilização de materiais descartados com a criação do departamento de educação ambiental. Atualmente, a empresa também produz uma espécie de cimento misturando o chamado Blend, que são materiais perigosos produzidos pelas indústrias e que processados viram uma das principais matérias-primas da construção civil. A Clean vende o produto para a Fibrosa, instalada em Capanema, e para a Votorantim, no Ceará.

Em São Miguel do Guamá, nordeste do Pará, seis empresas filiadas ao Sindicato da Indústria Cerâmica trocaram a lenha que abastecia os fornos pelo uso de biomassa como caroços de açaí, casca da castanha-do-pará e pó de serragem para alimentar os fornos de cerâmica. “Por conta dessa mudança, essas seis empresas estão se certificando para comercializarem o crédito de carbono. Isso é uma conquista principalmente para ajudar a manter a indústria sustentável e reduzir os impactos ambientais da indústria”, explica Raimundo Gonçalves Barbosa, presidente do Sindicato.

Os exemplos revelam que a equação da Bolsa de Resíduos garante benefícios para as indústrias, para o meio ambiente e para a sociedade. A compra, venda e doação de rejeitos é uma forma de reduzir o passivo ambiental da produção industrial. Isso, por si só, representa um aspecto positivo para as empresas. Além disso, a negociação de resíduos indica também uma possibilidade de ganhos econômicos, na medida em que permite a redução de custos de produção e de combate ao desperdício. Para a sociedade, é a garantia de que as empresas estão comprometidas com o desenvolvimento sustentável. ■



O país reciclou 91,5% do total de latas de alumínio em 2008, o que corresponde a 12,3 bilhões de unidades: 33,6 milhões por dia, 1,4 milhão por hora

UM NEGÓCIO LUCRATIVO

Reaproveitamento é um negócio possível, que traz impactos significativamente positivos para toda a sociedade. Prova disso é que, há oito anos, o Brasil está na liderança mundial de reciclagem de latas de alumínio para bebidas comercializadas no mercado interno. Os dados são da Associação Brasileira do Alumínio - ABAL e da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade - Abralatas, referentes ao ano de 2008.

Segundo o relatório, o país reciclou 91,5% do total de latas de alumínio, o que corresponde a 12,3 bilhões de unidades – 33,6 milhões por dia, 1,4 milhão por hora. O índice só não foi maior em razão da queda no nível de atividade industrial no último trimestre de 2008, quando importantes consumidores de sucata de latas, como o segmento de fundição, siderurgia e ferro ligas, diminuíram drasticamente sua produção e, conseqüentemente, a compra de matéria-prima.

Os dados revelam, ainda, um importante benefício para a economia. A reciclagem de latas de alumínio movimentou, no ano de 2008, cerca de R\$ 1,6 bilhão. Somente a etapa de coleta injetou R\$ 492 milhões na economia nacional, o equivalente à geração de emprego e renda para 184 mil pessoas.

Além dos benefícios sociais e econômicos, a reciclagem de latas de alumínio também favorece o meio ambiente. O processo de reciclagem utiliza apenas 5% da energia elétrica e, segundo dados do International Aluminium Institute - IAI, libera somente 5% das emissões de gás de efeito estufa quando comparado com a produção de alumínio primário.

Os interessados na bolsa de resíduos podem procurar o Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA para obter informações de como proceder para fazer parte do sistema integrado de bolsas. Quem quiser conhecer o SIBR pode acessar o endereço eletrônico sibr.aticenter.com.br.

vida corporativa

VESTINDO A CAMISA DA EMPRESA

Mais que peça do vestuário, o uniforme é a própria imagem de uma empresa

Em casa ou na escola, na adolescência ou na vida adulta e principalmente no trabalho, as relações pessoais são baseadas em diversos fatores, porém um dos mais importantes é a imagem que passamos. O modo de ser, falar e agir transmite uma mensagem e diz, o tempo todo, quem somos. Estamos sob avaliação a todo o momento, inclusive pela roupa que vestimos. E o uniforme – a roupa do trabalho – diz bem mais do que a empresa em que trabalhamos.

Mas por que o uso do uniforme é tão importante? Odiado por uns (que pensam que ele diminui e rotula o indivíduo ou até mesmo o consideram um gasto desnecessário por parte da empresa) e amados por outros, são adotados por quase todas as empresas de pequeno, médio e grande porte. Longe de estar ligado à moda ou as tendências de vestuário, ele transmite a imagem da empresa. Da mesma forma, o comportamento do trabalhador enquanto está de uniforme revela como ele vê a empresa em que trabalha.

O ditado “a primeira impressão é a que fica” define muito bem a importância da boa apresentação do uniforme. O uso dele confere à empresa e ao funcionário clareza, organização e modernidade, além de profissionalismo e credibilidade para quem vê de fora.

A escolha do modelo exige atenção, pois o uniforme deve ao mesmo tempo representar a imagem corporativa da empresa e promover a autoestima e valorização do trabalhador. A eleição pela empresa vai depender de inúmeros fatores: cores, tecidos, tipos e, principalmente, tipo de atividade que o trabalhador exerce.

Para Rita Arêas, da indústria e comércio de confecções Bem Bordado, existe uma série de fatores ligados ao uniforme que são importantes no que diz respeito à imagem da empresa e do trabalhador.

A empresária também chama a atenção para algo curioso, mas extremamente coerente, e que muitas das vezes passa despercebido. “O trabalhador tem uma noção distorcida do mau uso do uniforme e o que isso pode implicar para ele.” Segundo ela, quando o funcionário não se adéqua e não usa o uniforme de maneira correta em qualquer lugar fora das dependências da empresa, ele acaba dando um tiro contra o próprio pé.

“A pessoa tem a falsa ideia que, ao infringir o uso cor-



reto do uniforme, está sujando a imagem da empresa, e não a sua. O que esse trabalhador esquece é que ele é a empresa, uma peça da mesma, e que não a respeitando, acaba por comprometer a si mesmo como profissional”, alerta.

Aspectos relevantes quanto ao uniforme:

- É importante, pois identifica o trabalhador dentro da própria empresa, principalmente em grandes indústrias, diferenciando assim os setores.
- Confere um maior senso de gestão e organização.
- Serve de economia para os funcionários, visto que eles não têm grandes gastos com roupas.
- Alguns vêm com acessórios que prezam a proteção do trabalhador (óculos, botas, capacetes, etc.).
- O trabalhador deve prezar e ter respeito pelo uniforme, não fumar, nem beber enquanto estiver com ele e usá-lo exclusivamente em horário de trabalho.

Papel da empresa na conscientização para o uso do uniforme:

- A empresa deve trabalhar seu colaborador para que ele respeite o ambiente de trabalho e faça jus à marca que está usando.
- Escutar o funcionário através de enquetes e pesquisas, onde ele possa opinar pelo modelo, cor, tecido (dentro do permitido) para que ele se sinta cada vez mais uma parte fundamental da empresa.
- Organizar palestras e reuniões onde seja mostrado para esse trabalhador a importância e os benefícios do uso do uniforme. ■



Cooperar para crescer

Associativismo é alternativa para garantir a competitividade e sobrevivência das pequenas empresas, mas essa prática ainda esbarra na cultura do empresariado paraense

Alta competitividade entre as empresas coloca no mesmo cenário grandes e pequenos empreendimentos, o que é desfavorável para negócios de pequeno porte. Com um poder de penetração e negociação maior no mercado, as grandes empresas conseguem se tornar mais atrativas para o cliente do que as pequenas. Qual, então, a saída para que micro, pequenas e médias empresas possam competir com grandes organizações?

Uma alternativa é o associativis-

mo, uma forma de organização que tem como finalidade conseguir objetivos comuns através de ações coletivas. “O associativismo existe quando se entende que, isolado, não se tem condições de conquistar um objetivo e, em conjunto, se pode adquirir força suficiente para isso. Um ou dois palitos de fósforo se consegue quebrar; vinte palitos juntos, não”, exemplifica Durval Freitas, consultor especializado do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), programa da FIEPA que tem

como objetivo principal desenvolver os fornecedores paraenses por meio da geração de negócios.

No setor empresarial, o associativismo ganha espaço com as micro, pequenas e médias empresas, que encontram nesse modelo uma forma de conquistar mercado. “Se as pequenas e micro empresas não se unirem, podem ficar isoladas do processo. A união faz com que elas tenham condições de competir”, argumenta Durval. E fica fácil entender porque esse movimento ganha



• União: visitas ao projeto Salobo resultaram na parceria para prestação de serviços ao empreendimento da Vale

mais adesão. As vantagens mercadológicas que o associativismo traz são inúmeras: diminuição dos custos, o desenvolvimento tecnológico e a ampliação de mercado, para citar algumas. Para Miguel Pantoja da Costa Júnior, analista técnico da Unidade de Capacitação Empresarial do Sebrae no Pará, outras vantagens são a aquisição de novos parceiros estratégicos e a facilidade de acesso a serviços financeiros.

Um bom exemplo de associativismo são as centrais de compras, modalidade onde as empresas compram em conjunto e em maior quantidade, reduzindo custos na aquisição de bens e produtos e aumentando o poder de negociação com grandes fornecedores. “Dessa forma, as empresas se tornam mais competitivas. Ao amortecer custos, elas podem oferecer um valor de mercado para os produtos ou investir na ampliação do negócio e em propaganda, por exemplo”, avalia Miguel Pantoja.

Essa experiência vem gerando bons resultados Brasil afora. A Metalmeccânica Rede do Alto Uruguai Gaúcho, projeto do polo metal-mecânico do município gaúcho de Ere-

“O associativismo existe quando se entende que, isolado, não se tem condições de conquistar um objetivo e, em conjunto, se pode adquirir força suficiente para isso.”

Durval Freitas, consultor especializado do PDF/FIEPA

chim, distante 362 quilômetros da capital Porto Alegre, implementou, em 2009, uma central de compras formada por empresas que atuam no Rio Grande do Sul. Atualmente, 20 empresas utilizam a central para negociação de compras, mas, até o final de 2011, a central estará aberta para mais 180 empresas. “Futuramente, a central disponibilizará não só a negociação de matéria-prima, mas oferecerá também produtos beneficiados da indústria local, ampliando o foco de negociação”, explica Júlio Américo Faitão, gestor de projetos do Sebrae-RS.

Outro case de sucesso é a Central de Compras do Brasil da Associação dos Varejistas do Espírito Santo, que existe há 32 anos e possui hoje uma central de distribuição com 6 mil metros quadrados e capacidade de ar-

mazenamento de 700 toneladas de produtos congelados, atendendo a 99 empresas associadas, movimentando um volume de cerca de R\$ 15 milhões em compras por mês.

Realidade local

No Pará, o associativismo tem ganhado espaço timidamente, mas há exemplos no setor empresarial, principalmente através da atuação de entidades do setor privado e da formação de associações e consórcios.

Em 2003, o Projeto Sossego, mina de extração de cobre da Vale localizada no município de Canaã dos Carajás, sudeste do estado, que na época estava em fase de implantação, abriu concorrência para a fabricação e montagem das estruturas metálicas, algo em torno de 12 mil toneladas de material. Cinco empresas paraenses do setor metal-mecânico, com apoio da FIEPA, por meio PDF, sindicatos e Governo do Estado, formaram um consórcio para participar da oportunidade: Copem, Imaço, Integral, Rio Maguari e Oyamota do Brasil.

O resultado foi positivo: a Vale comprou a matéria-prima que seria usada e as empresas entraram com ▶



• **Parceiros e não concorrentes: empresariado paraense ainda não vê o associativismo como ponto a favor dos negócios**

os custos de mão de obra referentes à fabricação e à montagem da estrutura metálica do projeto. O consórcio ganhou a concorrência ao apresentar uma solução que se mostrou, na prática, mais vantajosa para o cliente. A demanda do projeto, que provavelmente seria atendida por alguma empresa de fora do Pará, ficou com os fornecedores locais. Para Roberto Kataoka, diretor-presidente da Oyamoto do Brasil, a experiência foi muito boa, pois viabilizou fechar negócio direto com uma grande empresa. “Além disso, adquirimos a expertise de trabalhar em cima de uma exigência de qualidade muito alta, como a da Vale”, afirma.

Outra forma de associativismo que deu certo foi a comitiva de empresários da Associação Comercial e Industrial de Marabá (Acim) que visitou o Projeto Salobo, jazida de cobre da Vale localizada em Marabá, sudeste paraense. As visitas, coordenadas pela FIEPA/PDF com o apoio da Vale, ocorreram em julho e dezembro de 2009 e contaram com a participação de mais de 30 empresas. O resultado das visitas e dos en-

Alguns traços da cultura empresarial paraense continuam sendo grandes empecilhos. A falta de confiança pode ser um sério entrave para o sucesso do associativismo.

contros de negócios realizados foi o fechamento de contratos de fornecimento de vacinas, passagens aéreas e aluguel de veículos, entre outros.

Apesar da gradual consciência que o empresário vem desenvolvendo sobre as vantagens do associativismo, alguns traços da cultura empresarial paraense continuam sendo grandes empecilhos para a implantação de consórcios. A falta de confiança pode ser um sério entrave para o sucesso do associativismo. O que se percebe é que, em um primeiro momento, os empresários tendem a desconfiar tanto da empresa concorrente quanto dos líderes do grupo.

Luiz Pinto, consultor técnico do PDF, acredita que é um grande desafio convencer o empresário de que o concorrente, ao invés de inimigo, pode ser um aliado. “Se eles crias-

sem uma estratégia de trabalho conjunto, se fortaleceriam mutuamente, pois ambos possuem os mesmos problemas: tributários, de mão de obra qualificada, de segurança pública, etc. O PDF sempre frisa nas reuniões com empresários que os problemas internos são iguais”, enfatiza. Da mesma forma, o Sebrae procura mostrar aos empresários que eles são concorrentes na disputa com o cliente, mas são parceiros a partir do momento que se unem para comprar, acessar crédito e mercado e participar de feiras especializadas.

Com ações de instituições como o Sebrae e a FIEPA, tem início uma mudança gradual da cultura empresarial paraense. O Sebrae aposta no exemplo: “Além da capacitação, mostramos casos de sucesso de associações, como eram e como estão hoje, e normalmente esse antes e depois é um fator decisivo para os empresários”, afirma Miguel Pantoja. Já a FIEPA/PDF, tem a filosofia de “unir os fornecedores através das entidades de classe para, juntos, alcançar o objetivo de ampliar os negócios no estado”, ressalta Durval Freitas. ■

**ENQUANTO VOCÊ
PROCURA POR UMA
OPORTUNIDADE,
O MERCADO
PROCURA PROFISSIONAIS
QUALIFICADOS.**

Ao longo dos seus 56 anos, o SENAI tem fortalecido sua marca pela reconhecida competência na formação profissional, produzindo e disseminando conhecimento científico e tecnológico aplicado ao setor produtivo, oferecendo significativa contribuição às indústrias para acelerar sua modernização e expansão. Para este ano, a meta é qualificar cerca de 34 mil profissionais. Em Altamira, estamos nos antecipando e intensificando a preparação de mão de obra adequada às exigências do empreendimento de Belo Monte, que deve gerar em torno de 19 mil empregos diretos.

Conquiste você também seu espaço no mercado de trabalho com um curso técnico do SENAI.

Informações:
(91) 4009-4763 / 4009-4767
senai@pa.senai.br



• Oficinas reuniram cerca de 500 crianças com idade entre 7 e 11 anos das escolas do Sesi em Castanhal, Santa Izabel e Icoaraci

Aprendizado que começa cedo

Projeto do Sesi quer despertar nas crianças a importância da educação alimentar para uma vida saudável

Mudar velhos hábitos não é fácil. E quando se fala em alimentação, basta ver o exemplo de adultos que não conseguem seguir a dieta recomendada por especialistas, mesmo sabendo que ela é fundamental para conquistar uma vida mais saudável. Pensando na saúde dos adultos da próxima geração, o Sesi – Serviço Social da Indústria do Pará, por meio de uma ação integrada entre as suas gerências de educação e saúde, teve a iniciativa de realizar uma oficina de educação alimentar voltada exclusivamente para o público infantil. Realizada em fevereiro, a iniciativa contemplou cerca de 500 crianças com idade entre 7 e 11 anos, alunos das escolas da Rede Sesi de Educação em Castanhal, Santa Izabel e no distrito de Icoaraci, em Belém.

A ação do Sesi surge como uma alternativa para mudar um cenário que os especialistas consideram alarmante: cada vez mais, as crianças estão se alimentando de forma inadequada, consumindo doces e frituras em excesso.

Já que as escolas da Rede Sesi estão formando cidadãos e é preciso aproveitar essa fase da infância para ensiná-lhes hábitos saudáveis que serão levados para toda a vida, diz Marcia Arguelles, gerente de Educação do Sesi. “Imagine essa geração daqui a 10 anos. Como vai ser se ela estiver com seus hábitos alimentares trabalhados desde já, de forma correta e mais saudável? É isso que a gente quer e a nossa ideia é levar o projeto a todas as nove escolas no estado durante este ano”, conta Marcia.

“O que deve ser feito é levar informação para que elas saibam quais alimentos são mais saudáveis. A intenção não é de fazer essas crianças abandonarem totalmente seus hábitos anteriores, mas, sim, incluírem em sua alimentação opções mais saudáveis e nutritivas, pois, no longo prazo, problemas como hipertensão e diabetes serão evitados diminuindo excessos de sal, açúcar e gorduras. Afinal, a criança saudável de hoje é o adulto saudável de amanhã”, explica Sheize Lira, nutricionista do Sesi



• Aprendizado e brincadeira: entendendo a pirâmide alimentar

e responsável pela condução das oficinas.

Por meio de cartilhas educativas, as crianças aprenderam dicas de alimentação saudável, receitas leves, o funcionamento da pirâmide alimentar e os grupos alimentares. Para Sheize, ministrar as oficinas foi positivo, especialmente pelo interesse das crianças, que demonstram preocupação em ter uma alimentação correta.

Surpreendente também foi a receptividade das crianças às experiências das oficinas, conta Sheize. “Durante as oficinas, eu fazia em conjunto com as crianças um suco super nutritivo que leva couve, maracujá e limão, que é chamado de suco da horta. Por incrível que pareça, elas adoraram e disseram que iam fazer em casa para os pais, além de lhes contar tudo que aprenderam a respeito de alimentação saudável”, relata a nutricionista.

Fernanda Ingrid Alves, de 9 anos, aluna da quinta série da escola do Sesi Castanhal conta que, com a oficina, percebeu que sua avó Maria José tem acertado na sua alimentação. “Eu gosto de comer carne, pão e queijo todos os dias, e essas comidas eu posso. Todas estão na pirâmide alimentar”, explica a estudante. Já Felipe Gomes, de 8 anos, também da escola de Castanhal, confessa que sente falta dos salgadinhos, dos sucos em caixinha e dos chocolates na hora do recreio. No entanto, aprendeu que não pode exagerar nesses alimentos e conta que segue as orientações nutricionais. “Eu como tudo direitinho, até as verduras que cultivamos na horta da nossa escola”, garante. ■

BENEFÍCIOS VÃO ALÉM DA SAÚDE DO CORPO

Há muito se sabe da importância da alimentação saudável para a saúde do corpo. Comer bem não significa comer muito, mas sim ingerir a quantidade ideal de nutrientes que nosso organismo precisa. No entanto, estudos têm revelado que a alimentação correta contribui também para a mente.

Segundo um estudo da Universidade de Alberta, no Canadá, crianças que se alimentam de forma mais saudável são mais propensas a passar nas avaliações escolares. Os pesquisadores avaliaram a alimentação de mais de 4,5 mil crianças da quinta série escolar através de um questionário que foi respondido pelos pais. Aplicaram também um teste de capacidade de leitura e escrita às crianças. O resultado mostrou que aquelas que consumiam muita fruta e vegetais e não comiam tanta gordura tinham mais chances de passar nos testes.

Outras pesquisas já vinham mostrando a importância de um bom café da manhã antes de ir para a escola. Porém, o novo estudo destaca que a qualidade das outras refeições é fundamental.

Para a gerente de Saúde do Sesi Pará, Suely Linhares, uma alimentação correta serve de base também para a saúde mental e moral. “Não podemos dizer que um indivíduo é feliz somente porque está bem alimentado, mas com certeza podemos afirmar que ele será menos feliz caso não esteja”, explica.



• Boa alimentação ajuda no desenvolvimento intelectual



• Com apoio do Procem, TTL Transformadores fez mudanças na gestão e já percebe resultados na qualidade e no processo

Cada vez mais preparados

Com o apoio do Procem, micro e pequenos empreendimentos ganham mais chance de conquistar mercado com a aplicação de uma gestão eficiente

A TTL Transformadores Tupã passou por uma revolução interna que mudou a gestão da empresa. Na área de qualidade, sofreu um processo de organização, criou o organograma da empresa e implantou o plano de classificação de cargos e também estabeleceu funções necessárias para a produção. A motivação que levou a empresa a participar do Procem foi a busca por resultados. E é isso que todas as empresas querem, seja ela de pequeno, médio ou grande porte. No entanto, o mercado cada vez mais competitivo exige mais preparo dos empresários, especialmente no que se refere à gestão.

Desde 2005, o Procem – Programa de Certificação de Empresas, co-

Durante o período de capacitação do Procem, as empresas têm a oportunidade de conhecer novas ferramentas de gestão para tornar seus empreendimentos mais competitivos.

ordenado pelo IEL/PA – Instituto Euvaldo Lodi, vem sendo o apoiador nesse sentido, oferecendo ferramentas de gestão para que as empresas possam estar habilitadas a oferecer soluções de serviços e produtos às grandes empresas instaladas na Região Norte. Na TTL, isso foi positivo e o que se anuncia é que a empresa vai continuar nesse caminho de crescimento porque novos e maiores

desafios vêm pela frente. “Hoje nós temos muito mais serviços da Celpa e um novo contrato com a Vale, que sempre comprou da gente, mas em pequenas quantidades. Agora é diferente. Foi firmado um contrato e a nossa responsabilidade aumentou”, destaca Walter Nascimento, coordenador do controle de qualidade da TTL, lembrando que, até o ano passado, não existia um volume tão grande de negócios.

A mudança veio após a participação no Procem. Novas ações foram implementadas na empresa seguindo as exigências do programa, como a criação do sistema de controle de qualidade e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

(Cipa). “Além de todas as melhorias, ainda estabelecemos um controle de estoques onde temos parâmetros. Embora a gente não tenha medido em reais, tenho absoluta certeza que houve uma grande economia. O almoxarifado também foi todo reformulado e as prateleiras foram todas marcadas para uma melhor visualização dos equipamentos”, orgulha-se Walter.

Empresas buscam resultados

Na última edição do Procem (2007/2008), 79 empresas participaram, em quatro polos: Belém, Barcarena, Carajás e Tapajós. Destas, 60 receberam certificação, por estarem em conformidade com os critérios estabelecidos pelo programa, o que equivale a 75,94% das inscritas. Na avaliação de Gualter Leitão, diretor regional do IEL/PA, “um resultado excelente, que mostra que as prestadoras de serviços do nosso estado estão buscando qualificação e preocupadas em fornecer produtos e serviços de alta qualidade.”

Em um cenário cada vez mais competitivo, saem na frente os fornecedores preparados para atender às exigências de qualidade de fornecimento e conformidades técnicas solicitadas pelos compradores. É o caso da Master Confecções, que há 17 anos atua no ramo de uniformes. “Sabemos das exigências das grandes empresas ao contratar fornecedores qualificados. A nossa empresa, após a certificação, teve realmente uma melhora significativa de 80%. As mudanças continuam no setor produtivo, administrativo, organizacional e esse processo é contínuo. Nossos clientes estão muito mais satisfeitos”, declara Márcia Bitar, diretora administrativa da empresa que tem hoje cerca de 50 clientes, além de participações em licitações e clientes eventuais.

Resultado semelhante percebeu a Trael, empresa que trabalha com



• Master Confecções: melhorias chegam a 80% e o aperfeiçoamento continua

SAIBA MAIS SOBRE O PROGRAMA

Objetivos:

- Capacitar
- Orientar
- Qualificar



A certificação é realizada em três módulos:

- Qualidade e Produtividade
- Saúde, Segurança e Meio Ambiente
- Gestão Contábil, Tributária e Trabalhista

recuperação e manutenção de transformadores elétricos. “Após a certificação, houve melhorias na produção e qualidade, os nossos colaboradores se envolveram ainda mais nos processos. O objetivo não é apenas atender às demandas, mas superar as expectativas dos nossos clientes”, relata Dimas Pereira, diretor geral da empresa. Ele conta com cerca de 50 funcionários e atende apro-

ximadamente 200 clientes. Com 17 anos de atuação em Mato Grosso e pouco mais de três no Pará, a Trael participou do Procem à pedido da Celpa e aprova os bons resultados dessa experiência. “Antes, oferecíamos apenas nossos produtos. Hoje, nossos clientes aqui no Pará também têm acesso a mão de obra qualificada na parte de recuperação de transformadores.”

Indústria fortalece suas bases

PDA prevê continuidade de ações para aumentar a representatividade dos 1.109 sindicatos que participam do programa



Na construção das pirâmides, há cerca de 2.700 a.C., os egípcios já sabiam que, para estabilizar o cume das edificações, era necessário fortalecer sua base, caso contrário, as estruturas ruiriam em consequência de fatores externos. A lição da antiguidade serve de orientação para o setor industrial brasileiro, onde as bases são os sindicatos patronais da indústria e a estrutura mais alta é a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Com o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), a CNI pretende aumentar a representatividade e fortalecer a sustentabilidade dos sindicatos, o que dará mais força, coesão e poder de influência ao sistema indústria, promovendo,

assim, um ambiente mais favorável aos negócios e estimulando o desenvolvimento do Brasil.

“Em 2006, a CNI realizou um diagnóstico em todas as federações para saber quais ações deveriam ser feitas para fortalecer os sindicatos. Foi a partir deste pontapé inicial que nasceu o PDA. Naquela época, de acordo com o nosso indicador de associativismo, a média do percentual das empresas filiadas aos sindicatos era de 18%. Para aumentar a representatividade dos sindicatos, começamos, em 2008, a desenvolver as primeiras ações que já vêm evidenciando resultados positivos”, explica a coordenadora do PDA, Camila Cavalcante.

No Pará, os 40 sindicatos filiados à FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará participaram do PDA. O SIGA (Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação), por exemplo, já conferiu ganhos reais para o setor industrial do estado. Entre 2006 (ano de início do sistema) e 2008, a arrecadação da contribuição sindical aumentou em 24,34%, provando a eficiência da ferramenta.

“A FIEPA entende que o PDA é de alta relevância para o sistema industrial, pois fortalece sua base, os sindicatos. No Pará, todos os sindicatos patronais da indústria participam do programa e já colhem os frutos. Um exemplo prático dos resultados positivos do PDA foi verificado com o aumento da arrecadação da contribuição sindical, que poderia ter esse aumento multiplicado não fosse a dispensa das micro e pequenas empresas que aderiram ao Simples Nacional”, ressalta Ivanildo Pontes, coordenador regional do PDA.

Prova do sucesso do PDA no Pará foi o aumento expressivo das empresas filiadas ao Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado do Pará (SIPPA), que passou de 54, em 2009, para 86, em 2010, registrando um crescimento de 59%. “O PDA veio para contribuir com a nova orientação do sindicato, que pretende prestar mais serviços e principalmente informação de conhecimento às empresas filiadas e dar maior representatividade à base sindical”, explica o presidente do SIPPA, Elias Pedrosa. O empresário Jonas Neves, da padaria Arte Pães, filiada ao SIPPA e localizada no município de Paragominas, no nordeste paraense, confirma a maior eficiência por parte da entidade. “Avaliando mais recentemente, é possível, sim, constatar uma melhor gestão do sindicato. Acredito

que nosso sindicato adquiriu uma visão estratégica, que planeja o futuro e vê o interior da mesma forma que a capital”, avalia.

Mais atividades pela frente

Enquanto no primeiro ciclo o programa teve pouco mais de R\$ 5 milhões em recursos, para o segundo ciclo, o PDA reserva R\$ 7,2 milhões e programa novas ações para dar maior força ao associativismo no sistema indústria.

Para 2010, o PDA dará continuidade na realização dos módulos de capacitação além de oferecer novos cursos temáticos, oficinas e cursos de planejamento e gestão. Outra ação programada para este ano é o Cadastro Industrial, que deverá mapear todas as indústrias do Brasil e ordenar o segmento industrial nas regiões.

“A FIEPA não rende esforços para conseguir um maior número de ações que atendam aos nossos sindicatos. Esperamos que, neste ano, os 40 sindicatos participem mais efetivamente do programa e acessem a um maior número de ações”, ressalta Ivanildo Pontes.

O PDA também planeja para este ano a elaboração de planos de ação para os sindicatos e a implantação de um software voltado para o acompanhamento das metas traçadas no planejamento estratégico, o que dará melhoria na gestão das entidades sindicais. O planejamento traz ainda a implantação do programa Sindicato Legal, que terá uma cartilha com as principais informações sobre a regularização das instituições, e a criação do programa Clube da Indústria, regulamentando o benefício dos descontos em produtos e serviços dos sindicatos apenas para associados. Além disso, o programa disporá de um sistema de assessoria presencial. ■

RESULTADOS DO PDA

Desenvolvido pela CNI nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal por meio das Federações das Indústrias, o PDA teve o primeiro ciclo no biênio 2008/2009. Veja os números:

- R\$ 5,4 milhões em recursos
- 1.109 sindicatos atendidos
- 1.450 participantes capacitados, sendo 650 líderes sindicais
- 410 sites de sindicatos criados
- 80 mil folders explicativos produzidos
- 3.300 dvds de sensibilização sobre associativismo
- 242 planejamentos estratégicos para sindicatos
- 15 Federações da Indústria receberam a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação (SIGA)
- 208 computadores e impressoras para as unidades sindicais

Mais perto do que você imagina

Caulim, bauxita, ferro... o solo paraense é rico nessas minérios e outros minérios, que são exportados para o mundo inteiro. Mas, o que nem sempre percebemos é que como eles estão presentes no nosso dia a dia

Olhe ao seu redor com um pouco de mais de atenção e descreva o que está vendo. Se estiver no trabalho, provavelmente terá perto de você um computador, impressora, papel. Na cozinha de casa, terá geladeira, micro-ondas e panelas. E, onde quer que esteja, provavelmente terá pelo menos um aparelho de celular e algumas moedas no bolso. Fácil dizer o que está a sua volta, mas já parou para pensar o que os itens descritos têm em comum? Minérios (vários deles), muitos dos quais podem ser produzidos aqui, no Pará.

Pensar em minérios como recursos naturais presentes no dia a dia de cada um é uma reflexão pouco exercitada. Mas é surpreendente perceber que eles estão na cozinha, no quarto, na sala, na garagem, no escritório, nas ruas, nas praças. São componentes de muitos produtos e materiais necessários – e essenciais – na vida moderna.



“Tudo que temos em torno de nós vem da mineração. Na alimentação, o sal nosso de cada dia é um minério extraído da água do mar. Por exemplo, ainda, objetos como fogão e geladeira dependem dos bens minerais, como ferro, que é matéria-prima de placas de aço. A energia que consumimos é transportada por fios de alumínio, cuja principal matéria prima é a bauxita. O próprio gás é oriundo do petróleo, que também é um bem mineral. O veículo que utilizamos é um conjunto de bens minerais e seus derivados”, comenta Alberto Rogério, consultor do Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração na Amazônia.

Tecnologias utilizadas no trabalho ou para o lazer, nas horas de folga, também têm como base os recursos minerais. O computador tem cerca de 30 bens minerais diferentes. O chip, por

exemplo, que é base de produto, é feito de silício. A Dow Corning Metais do Pará, localizada em Breu Branco, produz o silício a partir do minério bruto, o quartzo, que é encontrado com excelente qualidade e boas reservas no nosso estado. Depois de transformado em silício metálico, o minério é utilizado por mais de 25 mil clientes em todo o mundo. “Na indústria eletrônica, pela suas propriedades semicondutoras, o silício constitui a base para os microchips de computadores, calculadoras e outros microcircuitos eletrônicos”, reforça Bruno Parreiras, superintendente da Dow Corning Metais do Pará.

Diferentes compostos de silicões também são produzidos pela Dow Corning do Brasil, localizada em Hortolândia (SP), para as indústrias cosmética, farmacêutica, automobilística, petroquímica e construção civil, entre outros. “O silício metálico é a matéria-prima básica para a fabricação do silicone, que é essencial ao nosso dia a dia. Está presente em cosméticos, medicamentos, nos carros, nos hospitais, celulares e em muitos serviços essenciais”, comenta Parreiras.

Além da fabricação de silicões, o silício é utilizado na metalurgia com o alumínio para a formação de ligas especiais, bastante utilizadas na indústria automobilística e aeronáutica. Outra aplicação em crescimento é nos painéis solares, revela o superintendente da Dow Corning Metais do Pará. “O silício tem a propriedade de captar a energia solar, transformando-a em energia elétrica, sendo uma importante fonte de energia alternativa.” ▶

• *Empregado da MRN exhibe a bauxita em estado natural: rocha avermelhada é a matéria-prima para a produção do alumínio, um dos minerais mais utilizados em todo o mundo*



• O Pará tem grandes reservas de níquel, minério utilizado, por exemplo, para a produção de moedas e baterias

Outro minério muito próximo de todos nós é o caulim que, entre outras coisas, serve para dar brilho a papéis especiais (revistas, catálogos, livros) ou na substituição de parte da celulose para a produção de papéis comuns, do tipo xerox. No Pará, o minério pode ser encontrado na Imerys Rio Capim Caulim, empresa brasileira que faz parte do grupo Imerys. Uma das unidades da empresa fica no município de Barcarena, a 40 quilômetros de Belém, e trabalha com o beneficiamento do minério. Em Ipixuna do Pará, nordeste paraense, funciona a mina da Imerys, onde o caulim é extraído.

Além de servir como cobertura especial de papel, o caulim também é usado na fabricação de cerâmicas, porcelanas, materiais de higiene, filtros catalisadores para controle de poluição, plásticos, borrachas, e tem até aplicação na indústria farmacêutica, sendo utilizado para complementar a textura de pílulas. Mas não é só! Por ser uma argila branca, o minério compõe vários produtos de beleza. No Pará, a Imerys mantém, inclusive, uma parceria com a Chamma da Amazônia, indústria paraense de cosméti-

cos, fornecendo caulim para a produção de uma linha que inclui sabonete, creme corporal esfoliante e máscara facial, com função nutritiva e de anti-envelhecimento, que ajudam a hidratar e a remover a oleosidade da pele. Os produtos são dermatologicamente testados, têm o selo da Anvisa e são também compostos de buriti e açaí.

A parceria promete ser longa. “A Chamma já está desenvolvendo uma nova linha de produtos pós-barba e pós-depilatórios que terão caulim na composição”, comenta Tathy Fleury, analista de Comunicação da Imerys, lembrando que estes produtos ganharam projeção internacional numa feira de cosméticos realizada em Paris, da qual participou a Chamma, no final de 2009.

Deixar comunidades vizinhas e visitantes da fábrica por dentro do processo de beneficiamento e das aplicações do caulim é uma preocupação da RCC, que recebe mensalmente grupos de visitantes: comunitários, universitários, pesquisadores, entre outros. Outras duas iniciativas que buscam fortalecer a aproximação da RCC com a sociedade foram colocadas em prática em 2009 e devem ocorrer anualmente: o dia de por-

tas abertas, para quem quiser conhecer a fábrica; e a realização de uma feira de responsabilidade social: quando a RCC visita as comunidades vizinhas para falar sobre caulim e as ações da empresa. “A maior surpresa dos visitantes é justamente quando eles conhecem as aplicações do caulim. As pessoas não imaginam o quanto o minério faz parte do nosso dia a dia”, declara Tathy Fleury.

O Pará é considerado fonte fértil e segura de recursos minerais, que ainda vão garantir muita matéria-prima para os produtos mencionados e outras tecnologias que devem surgir nos próximos anos. “As naveas que vão à Lua têm uma gama variada de minérios, dentre eles o alumínio, oriundo da bauxita, cujo maior produtor brasileiro é o Pará, que detém a maior mina do mundo, a Trombetas, da Mineração Rio do Norte”, assinala Alberto Rogério.

O químico Jardel Alves de Oliveira, do Departamento de Processo e Laboratório da MRN – Mineração Rio do Norte, reforça que a bauxita é a matéria-prima na cadeia de produção do alumínio e é um minério formado essencialmente por minerais que contêm alumínio, silício, ferro e titânio. “Os elementos químicos encontram-se interligados na forma de óxidos, que configuram redes cristalinas características e dão consistência e forma ao minério. Para cada cinco toneladas de bauxita, são produzidas duas toneladas de alumina e uma tonelada de alumínio primário”, comenta.

Já que a mineração não pode mais ser dissociada da vida humana, os empreendedores buscam equilibrar a extração do recurso mineral com a sustentabilidade ambiental e social. Essa é uma exigência legal que vem se tornando também uma cobrança moral, na medida em que as pessoas querem empresas preocupadas com a preservação do meio ambiente, e comercial, já que as grandes corporações exigem no seu quadro de parceiros companhias comprometidas com as atividades sustentáveis. É também mantendo o canal de diálogo aberto que as empresas conseguem levar maior conhecimento sobre as formas de aplicação dos minérios. “Para alguns, a relação entre a panela de alumínio e os cabos de transmissão de energia não existia e passa a ter mais sentido depois da visita à empresa”, garante o gerente do Departamento de Relações Comunitárias da MRN, mencionando o programa de visitas desenvolvimento pela empresa. ■

OS MINÉRIOS SÃO COMPONENTES DE DIVERSOS PRODUTOS QUE UTILIZAMOS ROTINEIRAMENTE. VEJA ABAIXO ALGUNS MINERAIS E SUAS APLICAÇÕES.



☑ CAULIM

Utilizado para a produção de papeis, seja para dar brilho a papéis especiais ou na substituição de parte da celulose, no caso de papéis comuns. Também está presente em cerâmicas, porcelanas, materiais de higiene, filtros catalisadores para controle de poluição, plásticos, borrachas, comprimidos, cosméticos e sabonetes



☑ FERRO

É o metal mais utilizado no mundo e essencial para estruturas metálicas e máquinas, que, dependendo do tipo, também podem levar alumínio, cobre e até ouro. O minério de ferro é usado na fabricação de automóveis, aviões, linhas de transmissão de energia elétrica, tubulações de água, redes integradas de telefonia, entre outros itens.



☑ NÍQUEL

Muito utilizado na produção de aços inoxidáveis e ligas especiais, também é empregado na fabricação de baterias recarregáveis, moedas, revestimentos metálicos e fundição. A prensagem de CD e DVD e a fabricação de motores a jato também dependem do níquel.



☑ COBRE

Um dos metais mais utilizados no mundo, está presente em fios e cabos condutores de energia elétrica e em aparelhos eletrônicos, como televisores e celulares.

O DESAFIO DA GESTÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

No cenário mundial, de crescente preocupação com a diminuição dos diversos impactos causados pelo homem ao meio ambiente, aparece como obrigatória a adoção de práticas de desenvolvimento sustentável em contraponto do tradicional modelo de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento sustentável tem sido foco de atenção dos governos e dos empresários de diferentes setores. Aliado a isso, a maior conscientização da sociedade, demandando produtos ambiental e socialmente corretos, tem contribuído para o crescente número de negócios com postura mais proativa para este modelo de desenvolvimento.

Até meados dos anos 70, o desenvolvimento se identificava com o progresso material, visto como sinônimo de crescimento econômico. Na década de 90, quando surgiu o primeiro relatório de desenvolvimento humano, o panorama já era diferente e ficou clara a necessidade de se estruturar políticas de desenvolvimento com valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica.

A conscientização dos problemas sociais e ambientais e a busca de um desenvolvimento de forma sustentável passam a refletir nas transformações sociais que exigem uma nova postura de todos os setores da sociedade.

O complexo tema da sustentabilidade e seus desafios induzem crescentes alterações no comportamento dos diferentes setores: público, privado e sociedade civil.

Os valores essenciais para construção do novo modelo de desenvolvimento começaram a emergir. Assim como ética e cidadania, a responsabilidade social corporativa surge trazendo uma nova forma de gestão empresarial, contribuindo para a geração e distribuição de renda, diminuição da pobreza e preservação do meio ambiente.

De acordo com o mapa estratégico da CNI 2007-2015, o novo modelo de desenvolvimento sustentável traz desafios para a política de meio ambiente no Brasil, de uma conservação ambiental e um sistema de regulação eficiente que não implique em incertezas, elevação do risco empresarial e bloqueio de investimentos. O desenvolvimento do setor industrial deve ser resultado de um processo de conciliação entre o crescimento econômico e os aspectos ambientais e sociais.



Dentro desta visão, a Fiepa criou o seu Conselho Paraense de Cidadania Empresarial, unindo os esforços das indústrias paraenses no enfrentamento dos diversos problemas sociais do estado, como empregabilidade, inclusão e desigualdade social, carências na área de saúde, educação, habitação e renda e preservação da Amazônia.

O Conselho foi criado com o objetivo de transformar-se num centro de referência em responsabilidade social, voltado ao fortalecimento das indústrias, criando um movimento e uma rede de ações capazes de sensibilizar, motivar, capacitar as empresas para adoção de uma gestão de responsabilidade social.

O Conselho inicia com o mapeamento das boas práticas, onde serão registradas as importantes atuações já

O Conselho Paraense de Cidadania Empresarial une os esforços das indústrias paraenses no enfrentamento dos diversos problemas sociais do estado.

existentes das indústrias no estado. Também coloca em execução o projeto Indústria Cidadã, com objetivo de qualificar os trabalhadores das indústrias na educação política, conscientizando sobre a importância do voto e exercício da cidadania na construção da sustentabilidade econômica social, política e cultural.

Iniciando com esse projeto, o Conselho acredita levar aos trabalhadores uma nova consciência e valorização dos atores do desenvolvimento, levando à própria conscientização do valor das empresas, da sua produção, da circulação de riquezas geradas para os trabalhadores, suas famílias e sociedade.

Formado por empresários, especialistas no tema e representantes de sociedade, o Conselho atuará estrategicamente em parceria com diversos atores do desenvolvimento social, onde o maior beneficiário é a sociedade, que passa a presenciar ações socioambientais de instituições comprometidas com a melhoria contínua, construindo um desenvolvimento de práticas gerenciais socialmente justas, ambientalmente corretas e ambientalmente viáveis. ■

INDÚSTRIA EM FOCO

Até o final de 2011, o Pará se tornará o segundo estado em todo o mundo a ter uma siderúrgica completamente integrada. Até agora, a única indústria a apresentar um modelo como este fica no Arizona, nos Estados Unidos.

O projeto de siderúrgica integrada será introduzido pela Copala que, há seis décadas, é responsável por boa parte da produção do aço paraense. Com o novo projeto, a siderúrgica – a ser instalada em Moju (nordeste do Pará) – deverá produzir 200 mil toneladas por ano de vergalhões de aço para a construção civil. A matéria-prima será sucata, comprada no Pará. O investimento é de US\$ 180 milhões.



